

DIA 01/07 AS 15H AUDITORIO 700
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FELIPE EDUARDO DE LIMA RECART

**EDUCAÇÃO NA ESCOLA: PRÁTICAS PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

Uruguaiana
2015

FELIPE EDUARDO DE LIMA RECART

EDUCAÇÃO NA ESCOLA: PRÁTICAS PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Márcia Adriana Poll

**Uruguaiana
2015**

FELIPE EDUARDO DE LIMA RECART

EDUCAÇÃO NA ESCOLA: PRÁTICAS PARA DISCUTIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01 de julho de 2015.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Me. Marcia Adriana Poll - Enfermagem, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Prof^ª. Dr^ª. Cenir Gonçalves Tier - Enfermagem, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Prof^ª. Dr^ª. Jussara Mendes Lipinski - Enfermagem, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Suplente Prof^ª. Me. Jenifer Harter - Enfermagem, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

RESUMO

Existem diversas formas de expressão da violência contra a mulher: agressão física, abuso sexual, exploração sexual, violência psicológica, física e violência institucional. Frente a este contexto o presente estudo objetivou avaliar uma atividade de intervenção realizada em âmbito escola a fim de compreender como as adolescentes vivenciam este problema epidemiológico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Para a realização da coleta dos dados foi selecionada uma escola entre as dez escolas urbanas municipais de ensino fundamental por meio de seleção por conveniência, localizadas no extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os participantes considerados para a pesquisa, foram 120 alunos do oitavo ano, de ambos os sexos, regularmente matriculado na escola piloto. O instrumento utilizado nesta pesquisa constitui-se de dezessete questões na parte 1 (Dados Sócio-demográficos) e de oito questões relacionadas a violência contra a mulher, na Parte 2, elaborado pelo pesquisador. O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, sob parecer 392.235 de 12/09/2013. O total de participantes ao final foi de 15 alunos, sendo 8 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idade entre 12 e 15 anos. Quando perguntados sobre sua cor de pele, 8 dizem ser brancos, 5 negros e 2 pardos. Quanto a renda familiar, o maior percentual foi entre 1 e 2 salários mínimos mensais, a constituição familiar apresenta apenas 6 com formação tradicional, pai e mãe. Entre as questões relacionadas ao trabalho, 6 dizem já ter realizado este tipo de atividade, sendo que 2 diz estar trabalhando atualmente. Dentre as questões sobre VCM, os adolescentes mostram-se confusos quanto a prática do abuso sexual, tendo a maioria identificado uma das situações de abuso, ainda que 2 afirmam achar relações entre pessoas do mesmo sexo um tipo de abuso, quanto a recusa, 100% considerou abuso obrigar a companheira após intervenção, mudando a margem de 93,33% anterior. Chama atenção que 12,50% considera o abusado culpado, sendo a justificativa para este ato, o fato de não denunciar a agressão. Mesmo após intervenção, 40% dos jovens afirmam ser justificável a agressão física contra a mulher em caso de traição, uma nítida expressão da desigualdade de gênero. A maior mudança após a intervenção foi quanto a identificação aos tipos de exploração sexual, sendo significativa a percepção destes quanto estas práticas. Conclui-se que a mudança na percepção dos adolescentes frente a violência contra a mulher é complexa e está intrínseca na cultura da sociedade e conseqüentemente diminuir atitudes de risco frente este grave problema social, se torna uma atividade a ser trabalhada ao longo dos anos escolares, abrangendo diferentes atores, como a família e entidades públicas. O projeto em si, visa dar encaminhamentos no que tange a implementação do Projeto Político Pedagógico na escola piloto e de modelo as demais escolas do município em estudo. Bem como, subsídios para a construção de políticas públicas contemplando os fatores socioambientais que levam as causas externas, especificamente a VCM.

Descritores: Saúde na Escola; Violência Contra Mulher; Adolescente; Promoção em saúde; Enfermagem.

ABSTRACT

There are several ways of expression of the violence against women: physical aggression, sexual abuse and exploitation, psychological, physical and institutional abuse. Given this context, this study aimed to evaluate an intervention activity carried out in a school environment in order to understand how adolescents experience this epidemiologic problem. It is a qualitative, exploratory and descriptive research. To perform the data collection it was selected a school among the ten municipal urban elementary schools through convenience selection, located on the extreme western Rio Grande do Sul State. The population taken into consideration for the survey was composed by 120 students in the eighth grade of both sexes, regularly enrolled in the pilot school. The instrument used on this survey consists on seventeen questions on part 1 (Sociodemographic Data) and eight questions related to violence against women, on part 2, elaborated by the researcher. The project was approved by the Research Ethics Committee (CEP) at the Federal University of Pampa – UNIPAMPA, on the advice 392,235 of September/12/2013. The participants of the research was 15 students, being 8 male and 7 female, aged between 12 and 15 years old. When asked about their skin color, 8 declared themselves white, 5 black and 2 brown. About family income, the highest percentage was between 1 and 2 basic wages per month, the family constitution presents only 6 with traditional frame, father and mother. Among the questions related to work, 6 say they have already done this kind of activity, and 2 said to be currently working. Between the questions about VAW, teenagers showed to be confused about the practice of sexual abuse, having in majority identified one of the situations of abuse, although 2 claim as a type of abuse the relation between people of the same sex, as the refusal, 100% considered abusive to force the mate by the end of the research, changing the margin of 93.33% pre intervention. Draws attention that 12.50% considers the abused one guilty, being the justification to this act the fact of not denouncing the aggression. Even after the intervention, 40% of the adolescents claims that is justifiable the physical aggression against the woman in case of adultery, a clear expression of gender inequality. The biggest change after the intervention was in the identification of the kinds of sexual exploitation, as significant the perception of the participants about this practices. It follows that the change in the perception of this youngsters towards violence against women is complex and it is intrinsic in the society's culture and consequently diminishing risk attitudes towards this serious social issue becomes an activity to be developed during scholar years, covering different factors, as family and public entities. The project itself, aims to give referrals regarding the implementation of the Pedagogical Project in the pilot school and as a model for other local schools under study. As well as subsidies for the construction of public policies contemplating the social and environment issues that lead to external causes, the VAW specifically.

Keywords: Health in school; Violence against woman; Adolescent; Health promotion; Nursing.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	7
1.1 Objetivo geral.....	8
1.2 Objetivos específicos.....	8
2- JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	9
3- REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 Contextualizando a violência sexual contra mulheres, da infância a vida adulta.....	10
3.2 Políticas públicas de proteção às mulheres adolescentes vítimas de violência	12
3.3 Estratégias de enfrentamento e educação para combate a violência sexual	14
4- MÉTODO	16
4.1 Tipo de estudo	16
4.2 Campo de estudo	16
4.3 Participantes	17
4.4 Critérios de inclusão.....	18
4.5 Critério de exclusão.....	18
4.6 Instrumento de coleta de dados e intervenção.....	18
4.7 Coleta de Dados	19
4.7.1 Diagnóstico	19
4.7.2 Intervenção.....	19
4.7.3 Reavaliação	20
4.8 Análise de Dados.....	20
4.9 Preceitos Éticos	20
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1 Perfil da População do estudo.....	22
5.2 Violência Contra Mulher.....	24
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE A - Instrumento de coleta	38
APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados	40
ANEXO A - Parecer Comitê de ética e Pesquisa da Unipampa	42
ANEXO B - Autorização condicionada instituto participante	43
ANEXO C - Termo de consentimento livre e esclarecido	44

1- INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a mulher carregou o estigma de sujeito com potencialidades reduzidas frente à figura masculina. Tal fator é determinante quando se aborda a questão da violência contra a mulher (VCM) (CARNEIRO, 2012). Há diversas formas de expressão da violência: agressão física, abuso sexual, exploração sexual, violência psicológica, física e violência institucional (BRASIL, 2005).

No Brasil, a Lei Maria da Penha define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar, sendo estas a violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual (BRASIL, 2007a).

A VCM é um fenômeno complexo, influenciado pelo meio social onde o indivíduo está inserido, o que abrange também o seu espaço cultural, o contexto histórico, e podem ter suas raízes baseadas na desigualdade de gênero, os quais estão submetidos a contínua transformação. À medida que valores e normas sociais assumem novos significados, conhecer estes aspectos é de grande importância para a articulação dos serviços de saúde em um sistema de rede a fim de viabilizar o processo de enfrentamento da violência crescente contra a mulher (VIEIRA, 2010; GOMES, 2012).

A VCM é uma demonstração da desigualdade de gênero, considerada mundialmente como um problema epidemiológico, além de ser objeto de diversos estudos internacionais e nacionais nas últimas décadas. Este problema possui consequências devastadoras, e pensá-lo sob o prisma da violência contra o adolescente é tarefa penosa sobre a qual pesquisadores têm se debruçado ao longo dos últimos anos (BARALDI, 2012; CARINHANHA, 2012).

Diante do exposto, este estudo traz como questões norteadoras: Atividade de intervenção em âmbito escolar influencia no comportamento de prevenção a violência contra a mulher? Quais as estratégias são mais adequadas para abordar a violência contra a mulher em âmbito escolar? A fim de responder estas perguntas traçaram-se os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Avaliar atividade de intervenção com adolescentes em âmbito escolar relacionada à violência contra mulher.

1.2 Objetivos específicos

Implantar uma atividade de intervenção;

Compreender como os fatores condicionantes da violência se expressam nesses jovens.

Conhecer o perfil da população em estudo;

Identificar se a atividade de intervenção proposta influenciou na compreensão sobre a violência contra mulher;

2. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O interesse pelo tema se deu a partir da participação enquanto acadêmico do curso de Enfermagem no Projeto de Extensão intitulado **Promoção em saúde nas escolas: Um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas**, Proext 2013/Programa de Extensão Universitária MEC/SESu, o qual posteriormente transformou-se em projeto de Pesquisa **Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE)**.

Este estudo deu-se início através de levantamentos realizados nas fichas de atendimento ambulatorial em uma unidade de Urgência e Emergência de um hospital da cidade de Uruguaiana/RS, onde identificou-se uma alta incidência de eventos denominados causas externas, os quais englobam os acidentes e as violências que configuram um conjunto de agravos à saúde, e que pode ou não levar a óbito, no qual se incluem as causas ditas acidentais, devido ao trânsito, trabalho, quedas, envenenamentos, afogamentos e outros tipos de acidentes; e as causas intencionais (agressões e lesões autoprovocadas) entre elas especificamente, a violência contra a mulher.

Diante do levantamento destes dados, em especial a VCM, identificou-se a falta de notificação compulsória deste evento por meio do sistema de informação de agravos de notificação (SINAN), bem como a falta de rede de atendimento específica em casos de violência contra mulheres, especificamente jovens, dentro do município.

Frente a este contexto, entende-se necessário trabalhar a temática no âmbito da promoção e prevenção escolar, sendo as adolescentes as principais vítimas deste tipo de violência. A partir de intervenções realizadas através do projeto piloto em uma escola de ensino fundamental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Contextualizando a violência contra a mulher, da infância a vida adulta jovem

A violência contra a mulher (VCM) uma das expressões das desigualdades de gênero é considerada mundialmente como um problema de saúde pública e tem sido objeto de diversos estudos internacionais e nacionais na última década (BARALDI, 2012). A VCM responde por cerca de 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos em todo o mundo, o que justifica a importância de discussões sobre a temática (GOMES, 2012).

A VCM encontra-se amarrada na cultura patriarcal presente em todo o mundo. Estudos mostram que a figura da mulher se apresenta ligada ao estereótipo desta enquanto submissa e obediente ao homem. Ambos os sexos estão condicionados a exercerem um determinado papel social (GOMES, 2012).

Sendo assim, no Brasil, a criança e o adolescente têm por lei, assegurada todas as oportunidades e facilidades que facultem seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Sendo dever da família, comunidade e sociedade e poder público priorizar a efetivação dos direitos referentes vida, como saúde, à alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2013).

Mesmo com a Constituição da República do Brasil de 1988, ainda fez-se necessário elaborar uma legislação especial no intuito de estabelecer normas gerais de proteção à infância e ao adolescente. Desta forma, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado pela Lei 8.069/90, que passou a visar um sistema de proteção integral e integrada (DE DEUS, 2012). O ECA prevê em seu artigo 18 que: “É dever de todos valer pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 2012, p.3). O estado visa assim, garantir o desenvolvimento destas jovens, tendo sua consciência de liberdade, respeito e igualdade amadurecido desde sua infância, reforçando a base dos movimentos feministas que buscam igualdade de gênero.

Os movimentos feministas tiveram papel importante na luta pela igualdade de gêneros que organizaram-se a partir da década de 80 e protagonizaram mudanças que repercutiram significativamente nas lutas contra a "violência de gênero", atingindo assim as esferas governamentais, as legislações, as formas de representação de governos e a sociedade civil como um todo (MORAES, 2012).

Visando ações de proteção a mulher diante ao alto índice de violência, o Brasil comprometeu-se com a Convenção de Direitos Humanos em 1990, passando a investir na formulação de políticas e medidas para focar a imediata resolubilidade da violência contra a mulher e abuso sexual, que se destaca como uma das formas mais impactantes de violência contra crianças e adolescentes, tentando também assim diminuir as condições socioculturais e econômicas que tornam crianças e adolescentes vítimas ainda mais vulneráveis (SANTOS, 2011; PAIXÃO, 2011).

Neste panorama, o Brasil implementa leis de proteção a mulher, a principal delas, a Lei Nº 11.340 denominada Maria da Penha, Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Uma mudança importante, é que esta lei então entende a violência sexual como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade (BRASIL, 2007a).

A violência sexual que se sucede de duas formas, pelo abuso, entendido como a utilização da criança ou adolescente para qualquer ato de natureza sexual (intra ou extrafamiliar) e pela exploração, que é utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais que vise lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca, sendo a exploração identificada por quatro formas: redes de tráfico, turismo sexual, prostituição e pornografia (BRASIL, 2005).

São diversas as consequências causadas pela violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino, e estas se dispõem em diferentes níveis de gravidade, tendo danos físicos e psicológicos. Dentre os danos físicos destacam-se as lesões genitais e anais, lacerações, fissuras, sangramentos, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, assim como danos psicossociais evidenciam distúrbios de sono e alimentação, rendimento escolar defasado,

abandono do lar, depressão, uso de drogas, prostituição, e risco de revitimização ao decorrer da vida (SILVA, 2011).

Nos EUA, mais de uma em cada oito crianças e adolescentes entre dois e dezessete anos, padecem de alguma forma de violência. Já um estudo bibliográfico brasileiro onde foram analisadas 31 publicações, abrangendo os anos de 2005 a 2008, sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes, demonstra ocorrência em todas as faixas etárias, que em sua maioria, são crianças entre nove e doze anos de idade, do sexo feminino, onde os executores desses atos são pessoas conhecidas, com maior incidência para pais e padrastos, tendo significativas ocorrências de outros familiares, como tios, irmãos mais velhos, avós, entre outros (SILVA, 2011).

Para Santos (2010), a revelação e a notificação da violência sexual envolvem complexos fatores individuais, familiares e sociais, os quais dificultam esse processo. O medo das consequências da notificação, dependência financeira e desejo de manter a família unida são causas familiares para não procurar os órgãos responsáveis, assim como despreparo profissional para temática, receio dos transtornos legais incididos pela notificação, precariedade dos órgãos designados, descrédito nas leis e nas instituições.

Portanto, busca-se através de estudos não só conceituar a VCM como forma a diagnosticar esse problema, mas também pelo interesse de despertar na população geral, uma consciência desta condição. Sendo assim, para que ocorra a implementação de políticas públicas, devem-se criar espaços de interlocução que vise uma transformação social, em que participem profissionais de saúde, tendo a enfermagem um papel especial para isso (De ANTONI, 2011; VIEIRA, 2012).

3.2 Políticas públicas de proteção às mulheres vítimas de violência

Tratando-se de violência, a OMS (1996) começa a entender este fenômeno como um problema de saúde pública, apontando como fatores importantes o reconhecimento precoce e um atendimento competente em prevenir agravos e complicações na vida adulta dessas vítimas (CARVALHO, 2012).

No segmento populacional representado pelas mulheres, as violências físicas e sexuais são os eventos mais frequentes, cujos determinantes estão associados a relações de gênero, estruturadas em bases desiguais e que reservam a elas um lugar de submissão e de valor na sociedade.

Apesar de décadas de intervenção a VCM continua a ser uma das formas mais difundidas de violações de direitos humanos em todo o mundo (MORAES, 2012). Neste sentido, contra a violência doméstica e familiar a Lei Maria da Penha é considerada uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras, obrigando o estado e a sociedade a proteger as mulheres contra esse tipo de violências, não importando idade, classe social, cor, raça, lugar onde mora, religião ou orientação sexual (BRASIL, 2007a).

Através dessas intervenções públicas, ocorre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que vem a contar com uma equipe multidisciplinar integrada por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Compete a essa equipe, fornecer subsídios para desenvolver trabalhos de encaminhamento, prevenção e medidas voltadas para a mulher, agressores e familiares, dando atenção especial á crianças e adolescentes (BRASIL, 2007a).

Todo esse processo implicou ainda na criação das Delegacias Especiais de Atendimento Mulher (DEAMs), consideradas uma inovação institucional brasileira na área da violência com importante repercussão em outros países da América Latina (MORAES, 2012).

Visando uma mudança social nos aspectos de violência e prevenção em saúde na escola, o Ministério da Educação, lançou o Programa Saúde nas Escolas (PSE) que objetiva por meio de ações de promoção, prevenção e atenção a saúde, combater as fragilidades que afetam o desenvolvimento integral de crianças e jovens da rede pública de ensino, buscando plena formação para facear essas vulnerabilidades e intervir na formação e desenvolvimento desta população escolar.

Para viabilizar a implantação dessas políticas, visando a formação de cidadãos críticos e informados, hábeis para agir em defesa da vida e da qualidade para seu desenvolvimento, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), trabalha para efetivar estratégias de cuidado através do Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído em 2007, pelo Decreto Presidencial nº 6.286, que visa à construção de políticas intersetoriais para melhora da qualidade de vida da população brasileira. Assim, as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública, direcionam-se a promoção do desenvolvimento integral desse público (BRASIL, 2007b).

3.3 Estratégias de enfrentamento e educação para combate a VCM, desde a adolescência.

Por mais que tenha se criado um movimento entre sociedade civil e estado, através das políticas públicas nos mais diversos âmbitos, um grande número de mulheres ainda convive com a violência em seu meio habitual, assim como se vinculam com parceiros agressivos (VIERIA, 2011). Nesse sentido, planejar um cuidado integral em saúde, que ao mesmo tempo forneça subsídios para aplicar um cuidado de saúde de caráter preventivo, torna-se de fundamental importância conhecer o perfil dessas mulheres.

Vale ressaltar ainda que, dentre os problemas que dificultam o combate à violência sexual especialmente entre crianças e adolescentes está o posicionamento dos profissionais frente à situação, há certo desconhecimento da realidade dessa temática, assim como do impacto desse acontecimento na sociedade, família e vida dessas vítimas. Esta constatação nos remete a real necessidade de se adaptar a referencial teórico-analítico, que permita compreender a complexidade dessa questão, e suas diferentes formas de expressão (SILVA, 2011).

Para tanto, essas questões relacionadas às dificuldades no combate a violência impulsionaram para que novas políticas públicas fossem criadas, implantadas e implementadas. Então, além de penalizar como crime estes atos, tenta criar formas de prevenção e erradicação da violência contra mulher, explicitada em um trecho transcrito abaixo:

[...] eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências” (BRASIL, 2007a, p1).

Compreendendo esses fatores que dificultam o enfrentamento a violência, nos debruçamos sobre várias questões, como, por exemplo, há real efetividade dos mecanismos de ação da esfera pública? Como se deve dar esse processo frente a formação e desenvolvimento de crianças e adolescentes nas escolas? Fica claro que nesse momento devemos fomentar os mecanismos existentes através de produção de conhecimento que dimensione o cuidado, a realidade do problema e dos meios de solucioná-lo através de prevenção e educação nas escolas, sendo este um importante meio de conscientização social.

Com isso, a enfermagem enquanto uma prática social fica incumbida de adquirir maior conhecimento da temática, estabelecendo um meio de articular o cuidado individual e coletivo, e por meio de suas competências, clínicas, educacionais e gerenciais, responder a essa pluralidade das necessidades e demandas. Sendo assim, busca-se responder aos desafios da violência sexual contra crianças e adolescentes através da compreensão desse fenômeno e formar profissionais competentes e socialmente comprometidos ao seu enfrentamento, trazendo as políticas públicas como base para atuação do enfermeiro frente ao tema.

Entre as ações propostas pelo PSE, estão os encontros de mobilização e sensibilização sobre a importância de programar de forma contínua, atividades que envolvam a sexualidade, desconstrução de mitos, dimensão do tema através de dados epidemiológicos, marcos legais sobre direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens. Assim como, implementar a formação de estudantes sobre temas como a sexualidade, promoção em saúde, prevenção de DST/HIV/AIDS e saúde sexual reprodutiva dentro das escolas (BRASIL, 2011).

O fortalecimento da cultura da paz e prevenção das violências, se dá num processo de corresponsabilidade entre profissionais da saúde e educação, gestores locais, educadores, pais, responsáveis e demais membros ligados a comunidade escolar. E assim, entende-se que é fundamental realizar um diagnóstico situacional dos eventos de violência que possam interferir na vida dessas crianças e adolescentes, evitando uma maior violação dos direitos preconizados pela legislação (BRASIL, 2011).

4. MÉTODO

O presente estudo é um recorte do Projeto de Extensão intitulado **Promoção em saúde nas escolas: Um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas**, o qual futuramente transformou-se em projeto de Pesquisa **Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE)**, ambos pertencentes ao grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa em Enfermagem da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (GEPEnf – FORS) da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA.

4.1 Tipo de estudo

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa segundo Deslandes (1994), responde a questões muito particulares, e nas ciências sociais tem a preocupação com um nível de realidade que não se pode quantificar, um espaço mais profundo das relações e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Deslandes (2012) uma pesquisa exploratória, é dedicada à construção de conhecimentos a respeito de um tema ainda desconhecido, permitindo produzir hipóteses de leitura sobre uma determinada realidade. Para Silva (2001) uma pesquisa descritiva tenta descrever características de uma determinada população ou fenômeno, envolvendo técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática, assumindo em geral a forma de levantamento.

4.2 Campo de Estudo

Para a prática de coleta dos dados, foi selecionada uma escola entre dez escolas urbanas municipais de ensino fundamental por meio de seleção por conveniência..

A escola selecionada está localizada num bairro com altos índices de ocorrência de morbimortalidades por causas externas, situada em um município da região oeste do estado do Rio Grande do Sul, o qual possui uma população estimada de 125.784 com uma taxa de urbanização 95% e densidade demográfica de 22,0 hab/km². Seus limites são: Barra do Quaraí à

Sudoeste (70Km), Alegrete à Leste (147Km), Quaraí (123 km) e República oriental do Uruguai ao Sul e Argentina à Noroeste. A distância de Porto Alegre, capital do estado, é de 634 Km. O acesso aos municípios vizinhos se dá através das estradas BR 472 e BR 290. Localiza-se na fronteira com a Argentina (Paso de Los Libres), possui uma moderna estação aduaneira, das maiores do Brasil. O Município figura como 4º maior do Estado, e possui o maior porto-seco da América Latina, com 80% da exportação nacional atravessando a Ponte Internacional.

O trabalho aduaneiro faz com que o comércio sobre rodas do MERCOSUL passe preferencialmente por este município. A rede ferroviária, operada pela América Latina Logística, possui um terminal de cargas com capacidade para estocagem e transbordo, com conexão à Argentina, através de ferrovia pela Ponte Internacional. A principal atividade econômica do município é agropecuária, com sua extensa lavoura de arroz e gado de corte e reprodução (IBGE, 2013).

Em 2010, no município, 9,7% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 59,5%. Quanto à distorção idade-série, esta, eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais (da 1ª até a 4ª série) 13,7% e, nos anos finais (da 5ª até a 8ª série) 25,4%, chegando a 32,9% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio (IBGE, 2013).

4.3 Participantes e Amostra

O participantes desta pesquisa foi composta por 120 alunos do oitavo ano, de ambos os sexos, regularmente matriculado na escola municipal do ensino fundamental localizada em um município da fronteira oeste do Estado do RS. A população de 15 alunos tem predominância de 13 anos, frequenta o 8º ano, ambos os sexos, maioria branca, de baixa renda, possuem formação familiar diversificada, sendo a prevalente a família mononuclear e em alguns casos tem ou tiveram sua rotina marcada pelo trabalho.

4.4 Critérios de inclusão

Serem alunos da escola, e frequentarem o oitavo ano em 2014, e no ano subsequente, no nono ano do ensino fundamental, ou seja, não ser reprovado em nenhum ano;

4.5 Critérios de exclusão

Alunos que reprovarem no ensino fundamental em 2013. Alunos que ingressarem nas turmas que fazem parte do estudo, por meio de transferência de outras escolas. Os alunos que deixaram de fazer algumas das etapas da pesquisa, ou não terem o TCLE assinado, ou seja, a amostra para esta pesquisa traz o resultado da aplicação de dois instrumentos de coleta, aplicados em diferentes etapas, sendo assim, não ter participado de alguma delas, acarretou em exclusão.

4.6 Instrumentos de coleta de dados e intervenção

O instrumento que foi utilizado nesta pesquisa constituiu-se de doze questões na Parte 1 (Dados Sociodemográficos) e de oito questões relacionadas a violência contra mulher, na Parte 2, elaborado pelo pesquisador. O questionário está organizado da seguinte forma:

Parte 1 – Dados Sociodemográficos: idade, sexo, raça, com quem reside, renda familiar, estado civil, tem filhos, está trabalhando e já trabalhou. (APENDICE A).

Parte 2 – Divide-se em cinco módulos, aplicados separadamente antes e após cada bloco de intervenção. Cabe ressaltar que, o presente estudo refere-se apenas a coleta de dados do

Módulo 2:

Módulo 1- Bloco de intervenção na escola relacionada ao acidente de trânsito (14 questões objetivas e de múltipla escolha);

Módulo 2- Bloco de intervenção na escola relacionada à violência contra a mulher (8 questões objetivas e de múltipla escolha) (APENDICE B);

Módulo 3- Bloco de intervenção na escola relacionada à violência Interpessoal (14 questões objetivas e de múltipla escolha);

Módulo 4- Bloco de intervenção na escola relacionada à homofobia e bullying (12 questões objetivas e de múltipla escolha)

Módulo 5- Bloco de intervenção na escola relacionada à tentativa de suicídio na adolescência (7 questões objetivas e de múltipla escolha).

Parte 3 – Atividade de intervenção: teve início no ano de 2013, de agosto a dezembro, com atividades lúdicas, a fim de estabelecer vínculo com a população do estudo e comunidade escolar em geral. Já as atividades de intervenção iniciaram no ano de 2014 a partir do mês de julho, em encontros quinzenais, utilizando estratégias de intervenção como: palestras com profissionais ligados a temática sobre violência contra a mulher (Módulo 2: primeiro encontro: Violência interpessoal e psicológica contra a mulher; segundo encontro: Abuso sexual; Terceiro encontro: Exploração sexual)

4.7 Coleta dos dados

Esta pesquisa foi realizada em três momentos distintos, porém interdependentes: diagnóstico, intervenção e reavaliação.

4.7.1 Diagnóstico

Consiste na aplicação do instrumento pré intervenção para verificar a atual compreensão dos adolescentes frente as causas externas, especificamente a violência contra a mulher. A aplicação do instrumento foi no ambiente escolar, antes de iniciar cada bloco de atividade de intervenção, foi aplicado por alunos bolsistas e voluntários no horário de aula dos alunos que aceitaram participar da pesquisa, após autorização da direção e do multiplicador que liberou um aluno por vez para aplicação do instrumento, o qual foi recolhido no mesmo dia.

4.7.2 Intervenção

A segunda fase, objeto principal do estudo, foi a intervenção, na qual se realizou um programa de cunho de promoção e prevenção com as turmas do oitavo ano com o intuito de verificar a possível sensibilização destes para uma mudança de comportamento de risco, a fim de reduzir atos inseguros que levam a eventos classificados como causas externas, especificamente a violência contra a mulher.

4.7.3 Reavaliação

A terceira fase do projeto, a reavaliação, foi como intuito de verificar as respostas da intervenção sobre a sensibilização de alunos em torno da compreensão dos adolescentes frente às causas externas, especificamente a violência contra a mulher.

Cabe ressaltar que durante a fase de intervenção, foram realizadas atividades lúdicas como (jogos, brincadeiras e sorteio de brindes, festa de encerramento no final do ano sem ônus para a instituição escolar).

4.8 Análise dos Dados

Os dados foram transcritos, tabulados e armazenados em Planilha Eletrônica *Excel*® para o processamento. Para análise se utilizou recursos do programa *Statistic Package for Social Sciences* (SPSS®), versão 21.0, ambos em plataforma *Windows*®. Os resultados foram apresentados no formato de tabelas com frequências absolutas e porcentagens, a fim de subsidiar a discussão dos dados pautados em referencial teórico.

4.9 Preceitos éticos

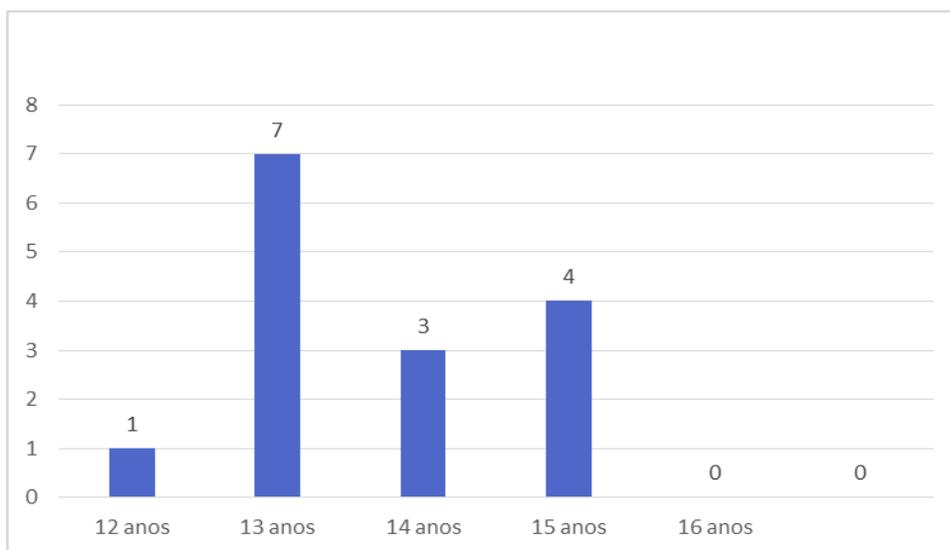
O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, conforme CAAE nº 18181013.4.0000.5323 - Parecer 392.235 de 12/09/2013 (ANEXO A). Para tanto, este estudo seguiu a Resolução 466 de 12 de Dezembro de 2012, que rege pesquisas com seres humanos (BRASIL, 2012) bem como, foi assinado o termo de instituição coparticipante (ANEXO B). Os participantes receberam informações e esclarecimentos referentes à pesquisa, bem como a assinatura do TCLE.

Foi facultada ao pesquisado sua participação, bem como de sua desistência no transcorrer da pesquisa, além disso, foi garantida a confidencialidade dos dados pelo pesquisador e para tal, os instrumentos serão identificados por um número. O TCLE foi assinado pelo aluno, pelo seu responsável e pela pesquisadora, sendo uma via arquivada pelo pesquisador e, a outra, entregue ao pesquisado. Destaca-se que os dados serão arquivados por um período de cinco anos pelo pesquisador e após o período serão incinerados.

5- RESULTADOS E DISCUSSÃO

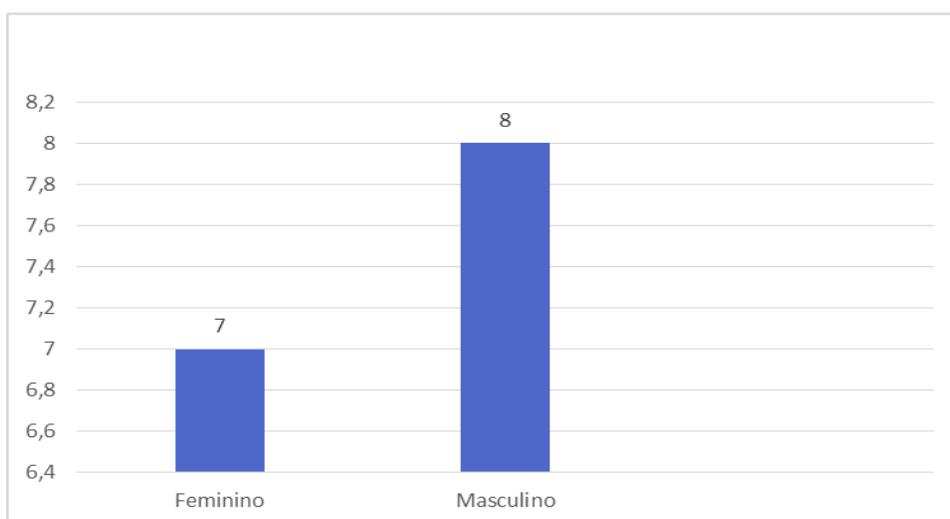
5.1- Perfil da População do estudo

Gráfico 1: Idade dos adolescentes escolares

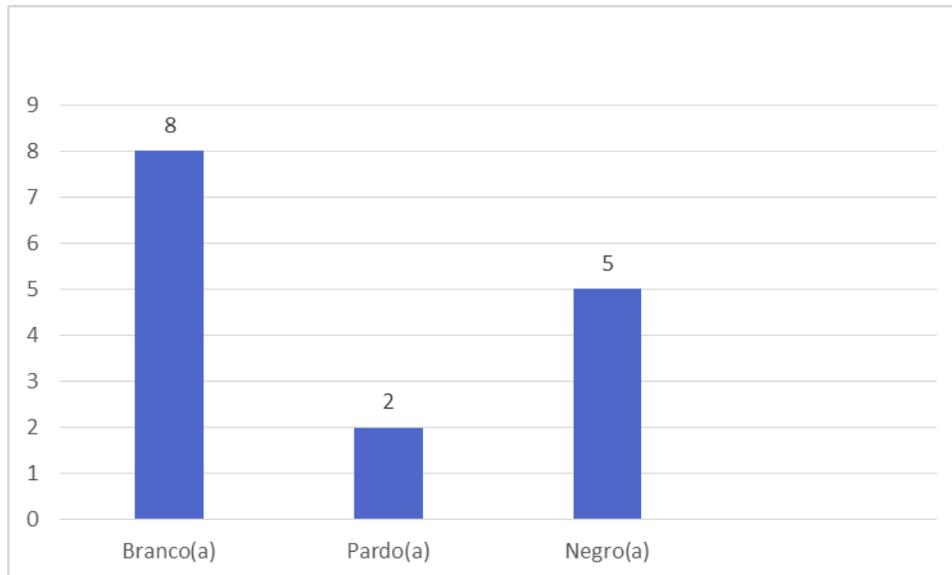


Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

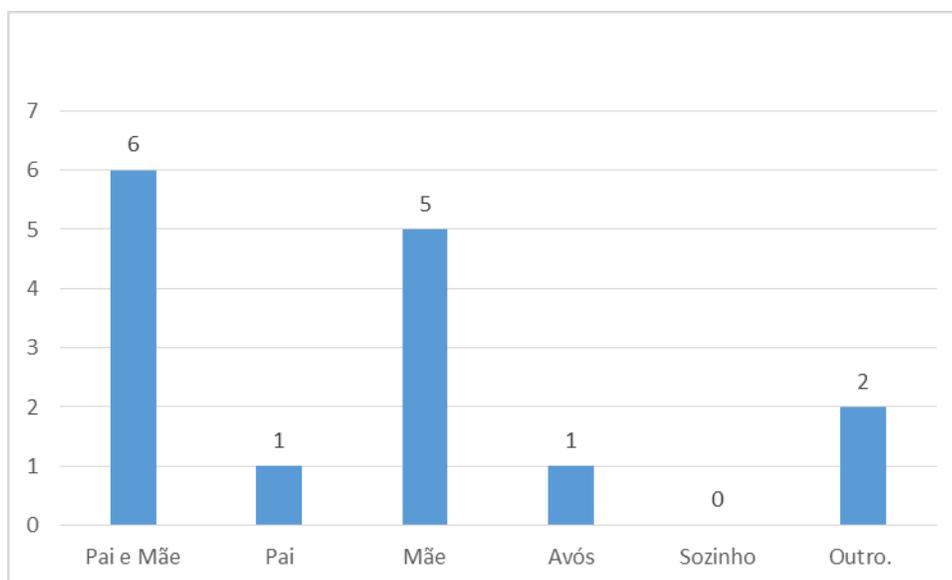
Gráfico 2: Caracterização dos adolescentes escolares por sexo



Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

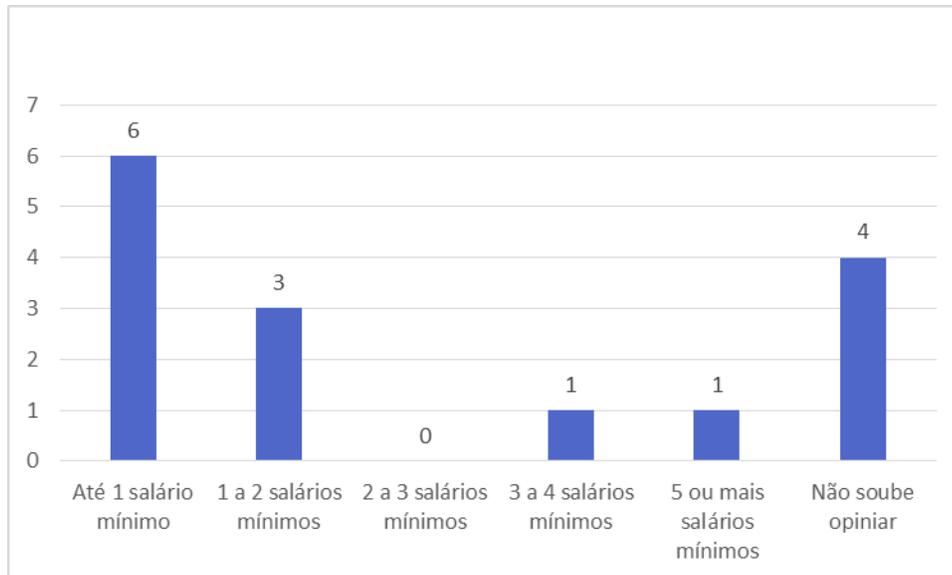
Gráfico 3: Caracterização dos adolescentes escolares por raça

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Gráfico 4: Constituição familiar dos adolescentes:

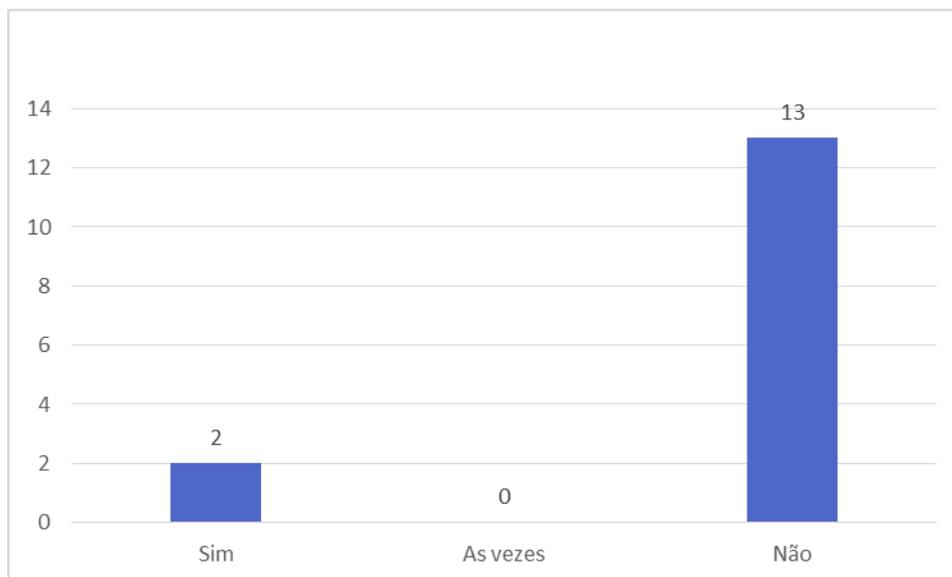
Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Gráfico 5: Caracterização dos adolescentes escolares a partir da renda domiciliar:



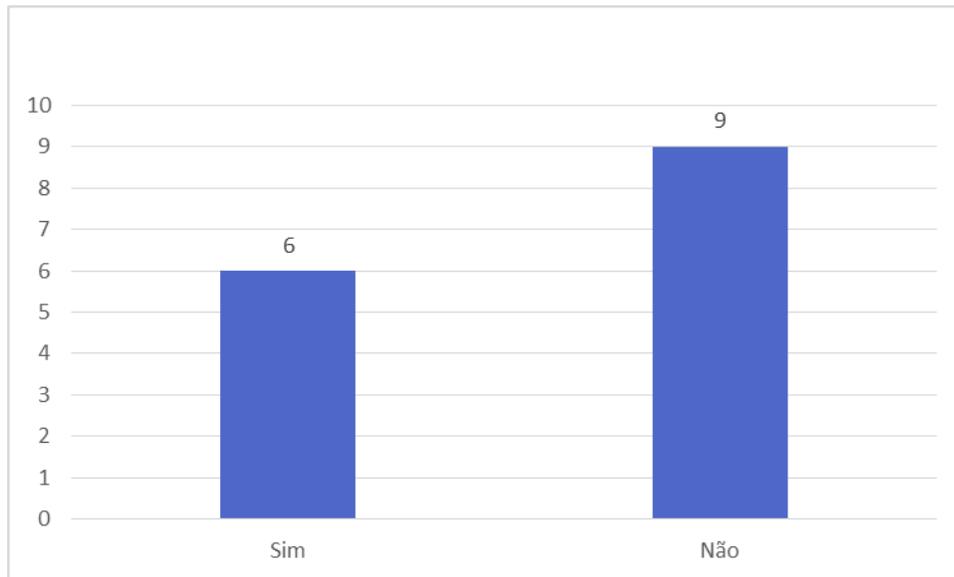
Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Gráfico 6: O adolescente em idade escolar está trabalhando no momento:



Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil

Gráfico 7: O adolescente em idade escolar já trabalhou:



Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

O perfil da população em estudo composta de 15 (100%) adolescentes escolares evidenciou uma faixa etária predominante (46,66) de 13 anos, frequentando o 8º ano do ensino fundamental. Quanto ao sexo dos adolescentes prepondera o masculino com 8 alunos, correspondente a (53,33%). Destaca-se a raça branca com 8 alunos, (53,33%), seguida da raça negra com 5 alunos (33%). A renda familiar aponta que a maioria dos adolescentes vive com menos de dois salários mínimos, sendo 40 % do total até um salário mínimo e 20% até dois.

Em relação à constituição familiar, seis adolescentes (40%) vivem com pai e mãe, seguidos de cinco (33,33%) que vivem somente com a mãe. Do total de adolescentes, 86,33% deles não estão trabalhando no momento, quando perguntado se já trabalharam 40% já realizaram algum tipo de atividade laboral, tais como: 1 carpinteiro, 1 atendente de padaria, 1 ajudante de eletricista, 1 babá, 1 cuidador de cavalo.

Como vimos no perfil sociodeográfico, apenas 40% destes jovens possuem uma constituição familiar com pai e mãe, somadas ao perfil de baixa renda e alto índice de evasão, constroem um cenário de extremas dificuldades para o desenvolvimento pleno das metas escolares.

Aspectos socioeconômicos apesar de não serem determinantes em casos de abuso sexual, aderem complexidade ao fenômeno, sendo mais devastador entre as classes mais baixas, ocasionando maiores danos a quem está em situação menos favorecida (SANTOS, 2011).

5.2 Violência contra a mulher

Tabela 1 – Quais das situações abaixo são consideradas abuso sexual para os adolescentes escolares.

	Pré-teste (N)	Freq. (%)	Pós teste (N)	Freq. (%)
Relação entre pessoas do mesmo sexo	0	0%	2	8,69%
Quando uma das pessoas recusar-se	6	30%	6	26,08
Quando uma das pessoas for forçada pela outra	14	70%	15	65,21%
Valor total	20	100%	23	100%

*questões de múltipla escolha

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Tabela 2 - Você acredita que se a namorada/esposa não quer manter relações sexuais e seu companheiro a obriga, ela está sendo abusada sexualmente.

	Pré-teste (N)	Freq. (%)	Pós teste (N)	Freq. (%)
Sim	14	93,33%	15	100%
Não	1	6,66%	0	0%
Total	15	100%	15	100%

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil

Tabela 3 – De quem é a responsabilidade pelo abuso sexual para o adolescente escolar.

	Pré-teste (N)	Freq. (%)	Pós teste (N)	Freq. (%)
De quem abusa	15	93,75%	14	87,50%
De quem é abusado	1	6,25%	2	12,50%
Total	16	100%	16	100%

***questões de múltipla escolha**

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Na aplicação do pré teste um adolescente marcou mais de uma opção referindo-se que a culpa pelo abuso sexual seria também da vítima, pelo fato desta não realizar denuncia contra o agressor. No pós teste houveram dois adolescentes que culpabilizaram a vítima da mesma forma, pelo fato das mesmas não registrarem denuncia contra o agressor.

Tabela 4 - A violência contra a mulher causa prejuízo ao desenvolvimento emocional/psicológico de quem sofre sob a visão dos adolescentes.

	Pré-teste (N)	Freq.(%)	Pós teste (N)	Freq.(%)
Sim	15	93,75%	100%	100%
Não	1	6,25%	0	0
Total	16	100%	15	100%

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Na aplicação do pré teste um adolescente marcou mais de uma opção, porém não justifica o motivo da resposta negativa. Já na aplicação do pós teste 100% dos adolescentes concordam com a resposta afirmativa de que a violência causa prejuízo emocional a vítima.

Tabela 5 – Para os adolescentes a agressão física contra a mulher justifica-se em casos como a traição.

	Pré-teste (N)	Freq.(%)	Pós teste (N)	Freq.(%)
Sim	7	46,66%	6	40 %
Não	8	53,33%	9	60%
	15	100%	15	100%

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

No pré teste 46,66% dos adolescentes responderam que a agressão física contra a mulher justifica-se em casos de traição. Pelos seguintes motivos:

A mulher trai o marido A1.

Pela raiva do companheiro A2.

A mulher pode matar o homem sei çlá dai pode virar crime A3.

Sim, porque depois o marido agride ela A4.

Quando a mulher trai o homem quase matam elas e quando os homens traem não podem fazer nada A8.

Que as mulheres sofrem mais que os homens A11.

Após atividades de intervenção, composta de palestras, atividades lúdicas e material audiovisual, 40% dos adolescentes permaneceram com a percepção de que a VCM justifica-se em caso de traição, tais afirmações são vistas nas seguintes falas:

“O homem fica com raiva e agride sua mulher.” A2

“Sim, porque ele pode matar a ex-companheira.” A5

“Porque quando as mulheres traem, os homens só querem agredir de qualquer forma a mulher.” A8

A violência de gênero, perpetrada contra a mulher não podem ser naturalizada, ou banalizada, especialmente no estado do Rio Grande do Sul que carrega um discurso histórico de autoritarismo do homem e uma herança machista, tendo a mulher como uma figura de posse. É necessário um forte movimento para a quebra deste ciclo de violência, fortalecendo e valorizando a mulher e seu papel social e, também criando mecanismos de prevenção e proteção, através de uma rede de serviços estruturada e capacitada para compreender e atuar frente à violência contra a mulher. (GRIEBLER, 2012).

Aliado a este contexto, nota-se um despreparo para lidar com a temática por parte da escola, bem como a pouca participação das entidades responsáveis, o que contribui para perpetuar a VCM em algo corriqueiro, do cotidiano dos jovens, como evidenciamos nas falas dos participantes da pesquisa, apresentadas na tabela 5.

Tabela 6 - Se durante uma discussão entre marido e mulher, o marido refere palavrões/xingamentos para sua esposa, isso pode ser considerado uma agressão psicológica.

	Pré-teste (N)	Freq.(%)	Pós teste (N)	Freq.(%)
Sim, mas isso é normal	3	18,75%	2	13,33%
Sim, e o agressor pode ser punido pela lei.	10	62,5%	12	80%
Não, falar palavrões e xingar não é uma agressão psicológica.	3	18,75%	1	6,66%
Total	16	100%	15	100%

***questões de múltipla escolha**

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Embora não muito significativa, constata-se uma percepção diferenciada quanto aos tipos de VCM, a punição do agressor em caso de violência psicológica passou a ser reconhecido por 80% dos adolescentes, comparado aos 62,5% no pré-teste. Este aspecto pode ter sido

influenciado pela fala da palestrante representante da delegacia da mulher onde a questão jurídica e criminal relacionada à lei Maria da Penha foi apresentada aos adolescentes.

Envolver diferentes atores nas atividades escolares, demonstra ser um fator fundamental para o sucesso das intervenções relacionadas a violência, pois aproxima o jovem da realidade tornando possível uma reflexão acerca do tema.

Tabela 7 - Compartilhar informações (foto/videos/desafios) em redes sociais, na internet, que possam constranger ou causar danos psicológicos a uma pessoa, pode ser considerado crime?

	Pré-teste (N)	Freq. (%)	Pós teste (N)	Freq. (%)
Sim, pois agride indiretamente as pessoas expostas.	11	73,33%	13	81,25%
Não, compartilhar não é crime.	1	6,66%	0	0%
Não, a culpa é de quem se expoe na internet.	3	20%	3	18,75%
Total	15	100%	16	100%

***questões de múltipla escolha**

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Na questão que diz respeito a recente violência causada pela troca de material digital onde jovens são expostos em situações íntimas ou constrangedoras, os adolescentes em sua grande maioria, 81,25%, contrapondo 73,33% no pré-teste, concordam que é crime a publicação ou envio de mídias digitais que possam constranger outros adolescentes, quanto ao fato de compartilhar, todos adolescentes passaram a concordar em ser passíveis de penalidade ao envolver-se no envio ou compartilhamento dessas mídias.

Tabela 8 - A exploração sexual pode ser.

	Pré-teste (N)	Freq. (%)	Pós teste (N)	Freq.(%)
Prostituição, venda do corpo por dinheiro.	8	28,57%	12	28,57%
Troca de favores por práticas sexuais.	2	7,14%	5	11,90%
Turismo sexual, viagem com finalidade de estabelecer relações sexuais com menores.	5	17,85%	7	16,66%
Tirar proveito de outras pessoas. (Cafetão/cafetina)	8	28,57%	9	21,42%
Pornografia infantil, venda ou troca de material pornográfico.	5	17,85%	9	21,42%
Total	28	100%	42	100%

***questões de múltipla escolha**

Fonte: Dados retirados de um Projeto de Pesquisa Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), realizado com adolescentes escolares no município de Uruguaiana/RS-Brasil.

Nesta questão, verifica-se que os adolescentes passaram a identificar outras formas de exploração sexual, comprovada pelo fato de que no pré-teste apresenta-se um total de 28 alternativas marcadas, para 42 no pós-teste. Ou seja, passaram a identificar outras formas de exploração sexual que antes não incidiam.

A exploração sexual é uma agressão frequente em mulheres, principalmente nas classes de mais baixas, onde há maior vulnerabilidade social (SANTOS, 2011). Nas atividades de intervenção a temática foi abordada através de curta metragem que trazia relatos de ex-garotas de programa, e mostrava a face da exploração entre mulheres jovens no Brasil.

A experiência realizada na escola visou uma mudança de percepção diante da questão da VCM, todavia, mesmo com as intervenções, as mudanças não foram significativas, e a percepção dos adolescentes frente à VCM, aponta que as faces da desigualdade de gênero e a compreensão deste tipo de violência devem ser abordadas a longo prazo envolvendo diferentes atores durante este processo. A atual sociedade conota uma situação de violência e desigualdade de gênero, e este panorama reflete negativamente na construção da consciência social e edificação da cidadania dos jovens, sendo assim, sem que estes passem por diferentes formas de intervenção ao longo dos anos, as chances de mudar esta constante tornam-se ínfimas. A violência, que se expressa de diversas formas, necessita ter sua abordagem ponderada desde as séries iniciais, pois faz parte do cotidiano de muitos destes jovens.

Kappel (2014) afirma que “o desenvolvimento de fortes vínculos entre pais e filhos, uma disciplina fundamentada no exercício do diálogo, adoção de políticas para a escola como um todo, currículos que incentivam o desenvolvimento de atitudes e comportamentos não violentos[...]” Sendo assim, necessita-se envolver diretamente os formadores de opinião na figura dos pais e professores, identificados como potenciais multiplicadores e dos alunos como meio de transformação de uma sociedade, machista e desigual, para uma sociedade onde a mulher seja respeitada de maneira equânime em todas esferas e classes.

A VCM demonstra estar vinculada a sociedade e suas faces, e é o resultado de diversos setores defasados e ações incapazes de dar uma formação adequada aos seus cidadãos ao longo das últimas décadas, aliadas a marginalização e desigualdade social e de gênero no nosso país. Precisa de mudanças, e um dos principais atalhos para chegar a uma transformação social, é a educação nas escolas, tendo esta que buscar uma formação de cidadãos capazes de identificar, prevenir e combater as diversas formas de violência difundidas na coletividade social urbana que vivenciamos.

Sendo assim, os apontamentos desta pesquisa, demonstram o resultado de décadas de marginalização de uma população desassistida pelo estado e pela sociedade, que necessita de imediata transformação. Para Kappel (2014), o enfrentamento da violência escolar, além de considerar dados sobre sua magnitude, também perpassa pela compreensão do contexto social que a produziu, considerando os fatos e a representação que ela adquire para as pessoas, familiares e comunidades que interagem neste contexto.

6-|CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com escolares em uma região de vulnerabilidade social tem sua rotina atrelada as limitações que esta situação de desequilíbrio social está vinculada, fatores como a carência excessiva, desinformação e cultura da violência em crescente em suas rotinas foram alguns dos resultados da pesquisa. Estes fatores são determinantes para programar e ter sucesso nas atividades de intervenção, assim como a evasão, o trabalho infantil, gravidez precoce e drogas, se apresentam em diferentes níveis sociais, e difundidos ao meio escolar, familiar e comunitário. O espaço socioambiental ao qual estes jovens dispõem para seu crescimento enquanto cidadãos, traz reflexos da desigualdade a qual se encontram frente a sociedade, e suas falas dão uma dimensão deste problema.

Diante desse cenário, a intervenção relacionada a violência contra a mulher, serve como base de futuros estudos que possam trazer a margem a realidade da VCM e maneiras eficazes de combate, trazendo consigo um recorte de como se estrutura essa problemática e assim desenvolver possíveis planos de enfrentamento.

O objetivo de ter uma mudança na percepção dos jovens quanto a VCM, é complexo e necessita da complementariedade além da escola, considerando que os jovens são o instrumento de mudança social, e que logo adiantes serão responsáveis pela educação de outros jovens. Também indica que estas mudanças podem dificilmente ser alcançadas a curto prazo. Sendo que a mudança na percepção dos adolescentes necessita fundamentalmente da participação familiar e deve estar em sincronia com a escola desde as séries iniciais, onde a mudança pode alçar

resultados palpáveis de instrução social e cidadania plena, meta dos planos nacionais e de programas, como o Programa Saúde na Escola (PSE).

Embora a atividade tenha influenciado apenas para uma leve mudança na compreensão sobre a VCM, ela expõe resultados significativos em alguns aspectos, como a aproximação do tema e a identificação das formas que ela ocorre. Não há dúvidas que a violência contra a mulher precisa ter espaço aberto para discussão e ser perpetuado no âmbito escolar, na perspectiva de guarnecer estratégias, que entrelacem os diferentes atores, aproximando a família e demais profissionais e órgãos públicos que possam contribuir nestas intervenções dentro das escolas.

Finalizando é preciso responsabilizar e estabelecer esses atores como peças fundamentais desse panorama, como parte responsável deste processo de transformação, e assim enriquecer a luta pela igualdade de gêneros, transformando a sociedade onde a inferiorização feminina frente ao sexo oposto é frequente e marcada pela desigualdade, tendo como resultado a expressão da violência em diversas formas, como podemos através deste estudo constatar no cotidiano destes jovens.

REFERENCIAS

BARALDI, Ana Cyntia Paulin et al . **Violência contra a mulher na rede de atenção básica: o que os enfermeiros sabem sobre o problema?**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife , v. 12, n. 3, Sept. 2012 . Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292012000300010>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE : Programa Saúde na Escola : tecendo caminhos da intersetorialidade / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <[Link](#)> Acesso em: 05 Ago. 2014

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica**. 2ª ed. atual. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em <[Link](#)> Acesso em: 06 Ago. 2014

_____. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014.

_____. Ministério Público Federal. **A lei garante a proteção contra o abuso e a exploração sexual**. Brasília: MPF, 2012. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014

_____, **DECRETO Nº 6.286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, 5 de dezembro de 2007 <[Link](#)> Acesso em: 06 Ago. 2014

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Texto Consolidado até a Emenda Constitucional nº 74 de 06 de agosto de 2013. Brasília: 2013 Disponível em <[Link](#)> Acesso em: 06 ago. 2014

CARINHANHA, Joana Iabrudi; PENNA, Lucia Helena Garcia. **Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo**. Texto contexto - enferm. Florianópolis , v.21, n.1, Mar.2012. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014.

CARVALHO, L. S. **A violência sexual na adolescência: Significados e articulações.** 2012. 204 f. Tese [Doutorado em Saúde Pública] – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kologeski. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, June 2012. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014

DATASUS. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em: 3 jul. 2014.

DE ANTONI, Clarissa et al. **Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas.** Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v.28, n.1, Mar. 2011. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014..

DE DEUS, Andreia Saraiva; LOPES, Marcelo Leandro Pereira. **Análise dos aspectos jurídicos e psicológicos do abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Revista do Curso de Direito da Faculdade da Serra Gaúcha, n. 12, 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____, Suely Ferreira; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. **Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, Dec. 2012. Disponível em <[Link](#)>. Acessado em: 24 de Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012001400017>.

GOMES, N., BOMFIM, A., DINIZ, N., SOUZA, S., COUTO, T.. **Percepção dos profissionais da rede de serviços sobre o enfrentamento da violência contra a mulher.** Revista Enfermagem UERJ, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 20, out. 2012. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014.

GRIEBLER, Charlize Naiana; BORGES, Jeane Lessinger. A outra face da linda mulher gaúcha: a violência contra a mulher em registros da Lei Maria da Penha. In: **10º Congresso Internacional da Rede Unida.** 2012.

IBGEa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades @., 2013 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432240>> Acesso em: 05 nov. 2013.

KAPPEL, Verônica Borges et al . **Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores**. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 18, n. 51, Dec. 2014 . Disponível em <[LINK](#)>.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sex., Salud Soc. (Rio J.),Rio de Janeiro,n.11,Aug.2012. Disponível em<[Link](#)>.Acesso em: 06 Ago. 2014.<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>.

PAIXAO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. **Abuso sexual infanto juvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro,v.16,n.10,Oct.2011. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001100024>.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil**. Psicol. Soc., Florianópolis , v. 22, n. 2, Aug. 2010 . Disponível em <[Link](#)> Acesso em: 06 Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200013>.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato. **A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva**. Estud. psicol. (Campinas),Campinas,v.28,n.4, Dec.2011. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400013>.

SILVA, H.; SILVA, M. **Metodologia de Pesquisa**. Terceira edição Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVA, Lygia Maria Pereira da; FERRIANI, Maria das Graças de Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi. **Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Rev. bras. enferm.,Brasília,v.64,n.5,Oct.2011. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014.<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000500018>.

URUGUAIANA, Prefeitura Municipal. História. Disponível em:
<<http://www.uruguaiana.rs.gov.br/historico.html>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

VIEIRA, Letícia Becker et al . **Perspectivas para o cuidado de enfermagem às mulheres que denunciam a violência vivida.** Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v.15, n.4, Dec. 2011. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em: 06 Ago. 2014.<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452011000400004>.

_____, Letícia Becker et al . **Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência.** Acta paul. enferm.,São Paulo, v.25, n.3, 2012. Disponível em <[Link](#)>Acesso em: 06 Ago. 2014<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002012000300016>.

WHO (World Health Organization). **Consultation on Child Abuse Prevention**, Geneva, WHO, 1999.

APENDICE A

INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS

QUESTIONARIO SEMI ESTRUTURADO

IDENTIFICAÇÃO

- Pesquisador:
- Telefone para contato com o participante:
- Participante:
- Data:
- Local:
- Horário de Início:
- Horário de Término:

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- 1) Idade:
- 2) Data de Nascimento:
- 3) Sexo:
 - (1) Feminino.
 - (2) Masculino.
- 4) Nacionalidade:
- 5) Naturalidade:
- 6) Raça:
 - (1) Branco.
 - (2) Pardo.
 - (3) Negro.
- 7) Com quem você reside?
 - (1) Pai e Mãe.
 - (2) Pai.
 - (3) Mãe.
 - (4) Avós.

(5) Sozinho.

(6) Outro, qual? _____

8) Renda familiar mensal:

(1) Até 1 salário mínimo.

(2) 1 a 2 salários mínimos.

(3) 2 a 3 salários mínimos.

(4) 3 a 4 salários mínimos.

(5) 5 ou mais salários mínimos.

9) Estado Civil:

(1) Solteiro.

(2) Casado.

(3) Divorciado.

(4) União Estável.

(5) Viúvo.

10) Tem filhos?

(1) Sim, quantos? _____

(2) Não.

11) Está trabalhando?

(1) Sim, qual atividade realiza?

(2) Não.

12) Já trabalhou?

(1) Sim, qual atividade realizou?

(2) Não.

APENDICE B**QUESTÕES REFERENTES AO BLOCO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA
RELACIONADA A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

OBS.: VOCÊ PODE MARCAR MAIS DE UMA DAS OPÇÕES.

- 1) Quais dessas situações são consideradas como abuso sexual para você?
 - (1) Relação entre pessoas do mesmo sexo.
 - (2) Quando uma das pessoas recusar-se.
 - (3) Quando uma das pessoas for forçada pela outra.
 - (4) Outra. Especifique: _____

- 2) Você acredita que se a namorada/esposa não quer manter relações sexuais e seu companheiro a obriga, ela está sendo abusada sexualmente?
 - (1) Sim.
 - (2) Não.

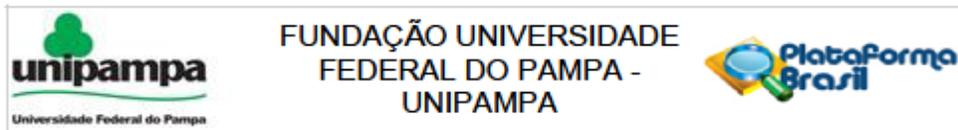
- 3) Na sua opinião a responsabilidade pelo abuso sexual é:
 - (1) De quem abusa, por quê?
 - (2) De quem é abusado, por quê?

- 4) Você acredita que a violência contra a mulher causa prejuízo ao desenvolvimento emocional/psicológico de quem o sofre?
 - (1) Sim, por qual motivo?
 - (2) Não, por qual motivo?

- 5) A agressão física contra a mulher é justificada em algumas situações? (Ex.: Traição da mulher com outro)
 - (1) Sim, o que justifica?
 - (2) Não, nada justifica.

- 6) Se durante uma discussão entre marido e mulher, o marido refere palavrões/xingamentos para sua esposa, isso pode ser considerado uma agressão psicológica?
- (1) Sim, mas isso é normal.
 - (2) Sim, e o agressor pode ser punido pela lei.
 - (3) Não, falar palavrões e xingar não é uma agressão psicológica.
- 7) Na sua opinião, compartilhar informações (fotos/vídeos/desafios) em redes sociais, na internet, que possam constranger ou causar danos psicológicos a uma pessoa, pode ser considerado crime?
- (1) Sim, pois agride indiretamente as pessoas expostas.
 - (2) Não, compartilhar não é crime.
 - (3) Não, a culpa é de quem se expôs na internet.
- 8) Na sua opinião a exploração sexual pode ser:
- (1) Prostituição, venda do corpo por dinheiro.
 - (2) Troca de favores por práticas sexuais.
 - (3) Turismo sexual, viagem com finalidade de estabelecer relações sexuais com menores.
 - (4) Tirar proveito de prostituição de outras pessoas. (Cafetão/cafetina).
 - (5) Pornografia infantil, venda ou troca de material pornográfico.

ANEXO A



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE)
Pesquisador:
Versão: Marcia Adriana Poll
CAAE: 2
18181013.4.0000.5323
Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 052273/2013
Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km592
Bairro: Prédio Administrativo Central - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3413-4321 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br

ANEXO B

**AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA
INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE**

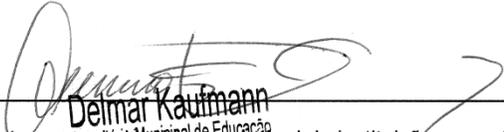
Eu, Delmar Kaufmann, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação na Prefeitura Municipal de Uruguaiana, autorizo a realização nesta instituição E.M.E.F. MARÍLIA SANCHOTENE FELICE a pesquisa **PROMOÇÃO EM SAÚDE NAS ESCOLAS: Um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas** sob a responsabilidade da pesquisadora Marcia Adriana Poll, tendo como objetivo primário: Implantar em uma escola pública, de uma determinada localidade do município de Uruguaiana, uma proposta de intervenção no âmbito do Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE) para redução das morbidades e mortalidade ocasionadas pelas causas externas.

Esta autorização está **condicionada à prévia aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa** (Prédio Administrativo da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592 – Uruguaiana – RS – tel: 55-3413-4321 ramal 2289 – email: cep@unipampa.edu.br) devidamente registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96 e regulamentações correlatas).

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Uruguaiana, 24 de abril de 2013.


Delmar Kaufmann
 (Assinatura e carimbo do responsável da instituição co-participante)



ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE)

Pesquisadora Responsável: Márcia Adriana Poll.

Pesquisador Participante: Felipe Eduardo de Lima Recart

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário em uma pesquisa intitulada: Reduzindo a morbimortalidade por causas externas a partir do Programa Saúde nas escolas (PSE), que tem por objetivos: Implantar em uma escola pública, de uma determinada região da fronteira oeste do RS uma proposta de intervenção de curto prazo sobre conscientização para redução das morbidades e mortalidade ocasionadas pelas causas externas e avaliar como intervenções de prevenção em saúde podem refletir nas percepções dos alunos para a redução de atos inseguros que levam a acidentes e violência.

Justificativa: Partindo-se do pressuposto que as causas externas são a segunda causa de morbimortalidade e que vêm aumentando e generalizando-se em todo o território nacional, atingindo com mais intensidade um segmento populacional jovem, em plena fase produtiva, com altíssima repercussão e custos sociais, acredita-se que a educação em saúde torna-se necessário para Implantar uma proposta de intervenção para abordar aspectos voltados para a prevenção de causas externas, com a finalidade de promover a reflexão e a mudança de comportamento de risco entre os jovens de uma escola pública.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Caso o pesquisado seja menor de idade, o seu responsável legal terá que autorizar sua participação nesta pesquisa, assinando-o este termo, caso contrário o menor não poderá efetuar sua participação.

Metodologia: Será aplicado um questionário semiestruturado a respeito do tema causas externas ao estudante que aceitar participar deste estudo. Cabe ressaltar que o questionário será aplicado antes e após a cada atividade de intervenção, as quais visam abordar o tema dentro do seguinte aspecto: violência e abuso sexual contra mulheres adolescentes.

Benefícios: o estudo apresenta benefícios diretos para o participante, pois trata-se de uma atividade de intervenção que visa esclarecer e ampliar os conhecimentos do estudante sobre a temática, já que este é um problema epidemiológico que vem acometendo as mulheres, principalmente adultas jovens em nosso país.

Riscos: o estudo oferece riscos mínimos aos participantes, os quais poderão ser cansaço e desconforto físico, em função da necessidade de disponibilizar tempo para participação dos encontros e rodas de conversas para discussão sobre as temáticas em estudo, além de tempo para responder ao questionário.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é a Márcia Adriana Poll que pode ser encontrada no endereço BR 472, km 592 – Uruguaiana, fone: (55)99171169, o qual estará disponível para ligações a cobrar caso necessário. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/Unipampa - Campus Uruguaiana –, BR 472, Km 592, Prédio administrativo, sala 23, CEP: 97500-970, Fone: (55) 34134321,– ramal 2289, E-mail: cep@unipampa.edu.br.

Destaca-se que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Será garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo na escola. Seu nome e sua identidade serão mantidos em sigilo, as informações obtidas serão analisadas pela pesquisadora e colaboradores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Os resultados poderão ser divulgados em publicações e eventos

científicos, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Acredita-se que os dados obtidos a partir desta pesquisa poderão auxiliar na implantação do Programa Político Pedagógico da Escola no que se refere ao eixo temático “Prevenção e Promoção da saúde”, com a finalidade de promover a reflexão sobre esta temática, bem como prevenir a ocorrência deste evento entre os jovens da escola pública co-participante, e consequentemente da divulgar/debater este temática entre a comunidade local.

Assinatura do participante da pesquisa/responsável

Assinatura do aluno participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

Márcia Adriana Poll

Uruguaiana, ____ de _____ de _____ .